

**FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS
DE SANTA CATARINA - FECAM**



**REGULAMENTO
COLEGIADO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA FECAM - CONFAZ**

Florianópolis/SC

Fevereiro, 2025

A DIRETORIA EXECUTIVA DA FECAM – FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - FECAM E O COLEGIADO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA FECAM - CONFAZ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da FECAM, aprovam o presente:

REGULAMENTO

COLEGIADO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA FECAM - CONFAZ

TÍTULO I

DO COLEGIADO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA FECAM - CONFAZ

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O presente Regulamento tem por objeto a regulamentação do funcionamento do colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, a fim de colaborar com o desenvolvimento dos municípios do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Sistema FECAM, sobre questões que versem sobre colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, nos municípios catarinenses.

Art. 2º O colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ será conduzido por Coordenação eleita que deve agir em consonância com as diretrizes fixadas pela Diretoria da FECAM e sob sua supervisão, nos termos deste regulamento e do Regimento Interno da FECAM.

TÍTULO II

FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E DURAÇÃO

Art. 3º. O Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, é um dos Colegiados da Federação de Consórcios de Municípios, Associações de Municípios e Municípios de Santa

Catarina (FECAM), com atribuições de apoio às ações relacionadas ao fortalecimento da gestão fazendária, a serem executadas nos municípios catarinenses pela FECAM.

Art. 4º. O Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ tem por objetivo analisar e orientar as rotinas relacionadas à legislação e normas de gestão tributária municipal, para que, juntamente com as demais entidades e Diretoria Executiva da FECAM, sejam expedidas orientações aos municípios de Santa Catarina.

§ 1º O Colegiado atuará como instrumento de apoio à FECAM na constituição e desenvolvimento de parcerias com entidades estaduais e federais ligadas à administração fazendária.

§ 2º É vedado ao Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ tratar de assuntos político-partidários.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 5º. São finalidades do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

- I- Promover a integração dos órgãos de gestão municipais que exerçam as atividades de lançamento, fiscalização e arrecadação de tributos de competência própria ou delegada;
- II- Constituir a instância representativa estadual e regional dos Órgãos Fazendários dos Municípios do Estado de Santa Catarina;
- III- Apoiar tecnicamente e institucionalmente as ações fazendárias e financeiras de interesse geral para os Municípios;
- IV- Contribuir para a formulação das políticas fazendária e financeira em nível de Governo Estadual e Assembleia Legislativa;
- V- Acompanhar, na medida de sua estrutura logística, as diversas fases da formulação e execução das políticas econômicas nos planos, programas e projetos governamentais quanto aos desdobramentos em nível municipal;
- VI- Reunir, organizar, sugerir leitura e/ou produzir informes econômicos, tributários ou financeiros de interesse para os Municípios;
- VII- Divulgar, por meio eletrônico, suas atividades e produções científicas;
- VIII- Colaborar, em nível estadual, com outras entidades e/ou Conselhos representativos das áreas fazendária e/ou financeira;
- IX- Acompanhar as decisões do Poder Judiciário que venham a traduzir impacto significativo para a arrecadação de tributos dos Municípios;

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 6º. O Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, constitui-se em colegiado da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM) e será formado por funcionários e/ou prestadores de serviços indicados pelas Associações de Municípios de Santa Catarina.

§ 1º Poderão ser indicados pela Associação de Municípios de Santa Catarina os funcionários dos Consórcios Públicos e dos Municípios associados à Fecam.

§ 2º Sempre que for pertinente, poderão participar das reuniões do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ convidados de outras entidades ou órgãos, para colaborar com os debates em pauta, contudo, sem direito a voto.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Seção I Do colegiado

Art. 7 Compete ao Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

- I- Operacionalizar ações que visem atingir os fins a que se propõe o CONFAZ-M/SC;
- II- Interagir com o CONFAZ-M Nacional, com as Associações de Municípios, FECAM, CNM, órgãos estaduais e federais, em questões fazendárias e financeiras dos municípios.
- III- Promover eventos estaduais ou regionais, através da Federação Catarinense de Municípios de Santa Catarina – FECAM, sob realização da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, para debater assuntos pertinentes às finalidades do Conselho;
- IV- Emitir orientações técnicas, através de comunicados, em temas relacionados às finanças públicas municipais.

Seção II Da Coordenação

Art. 8 A Coordenação do XXX será formada por três membros, sendo:

- I- Coordenador

II- Vice-Coordenador

III- Secretário

Art. 9 A Coordenação do Colegiado será responsável por, juntamente com os demais membros do Colegiado, analisar as pautas e posicionamentos propostos, e, quando for o caso, remeter à Diretoria Executiva, para que esta determine os devidos encaminhamentos.

Parágrafo Único. É vedado à Coordenação e a todos os membros do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ se apresentarem perante quaisquer instituições públicas ou privadas e autoridades, em nome da FECAM ou do próprio Colegiado, sem a autorização prévia e expressa da Diretoria Executiva.

Art. 10 A Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ reunir-se-á sempre que necessário, sendo o suficiente a simples cientificação de todos os membros, dispensando maiores formalidades para convocação.

Art. 11 A Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, juntamente com o mediador, realizará reuniões para alinhamentos e encaminhamentos com a Diretoria Executiva da FECAM, ou setor por ela designado.

Art. 12 Compete ao Coordenador do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

I- Convocar e coordenar as reuniões;

II- Organizar a pauta dos trabalhos para cada reunião;

III- Distribuir, para estudo e relato dos membros do Colegiado, os assuntos a serem debatidos na reunião;

V- Assinar as memórias de reunião, juntamente com o mediador e o secretário do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ;

VI- Assinar as Orientações Técnicas aprovadas pela Diretoria Executiva da FECAM;

VII- Quando receber expedientes endereçado ao Colegiado, registrá-lo e levá-lo ao conhecimento do mediador do Colegiado, para que sejam tomadas as providências necessárias;

IV- Fazer-se representar nos Conselhos, Comissões Regionais e Fóruns Estaduais ligados ao Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, quando previamente indicados pela FECAM;

Art. 13 Compete ao Vice Coordenador do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

I- Substituir o Coordenador, quando este estiver ausente ou impedido de desenvolver suas competências;

II- Auxiliar o Coordenador em suas funções, sempre que solicitado por este;

III- No caso de vacância do cargo do Secretário, assumir as atribuições deste.

Art. 14 Compete ao Secretário do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

- I- Auxiliar na redação e assinar, juntamente com o Coordenador e o mediador, as memórias de reunião do Colegiado;
- II- Substituir o Coordenador e o Vice Coordenador, quando estes estiverem ausentes ou impedidos de desenvolver suas competências;
- III- Executar os demais serviços de secretaria do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ.

Seção III

Do Mediador

Art. 15 A Diretoria Executiva da FECAM indicará um representante do seu quadro de pessoal para atuar como mediador das atividades do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ e, caso não disponha entre seus quadros técnico especializado na área do colegiado, deverão contratar consultor externo para atuar como mediador, nos termos do cronograma de trabalho a ser ajustado no momento de sua contratação.

Parágrafo único. O mediador integra a coordenação do colegiado e não possui direito a voto na escolha da composição desta.

Art. 16 Compete ao mediador do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ auxiliar o trabalho do colegiado, por meio de orientações técnicas, emissão de pareceres e administração do Grupo Oficial no aplicativo WhatsApp dos membros do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, ou outro aplicativo que vier a substituí-lo.

§1º O mediador participará de todas as reuniões do Colegiado, devendo assinar e enviar a Memória de Reunião à Gerência de Políticas Públicas, para ciência.

§2º O mediador é quem representa a FECAM no âmbito do colegiado, sendo o responsável por informar à Diretoria da FECAM os resultados das reuniões do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ e por acompanhar a execução das ações.

Art. 17 Os posicionamentos técnicos sobre temas de XXX que forem relevantes para o sistema municipalista, serão elaborados pelo mediador do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, mediante a contribuição dos seus membros, devendo ser dirigidos à Diretoria Executiva da FECAM que irá deliberar acerca do encaminhamento destes.

Seção IV

Dos Membros

Art. 18 Os Presidentes ou Diretores/Secretários Executivos de cada Associação de Municípios da FECAM deverão indicar um membro titular e um membro suplente para o Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, por meio de ofício dirigido à Diretoria Executiva da FECAM, pelo e-mail oficial desta.

Parágrafo Único. A substituição de membro do Colegiado poderá ocorrer tanto pela FECAM, quanto pela Associação de Municípios que o indicou, conforme o caso, mediante ofício encaminhado entre as partes.

Art. 19 Compete aos membros do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ:

- I- Comparecer às reuniões do Colegiado;
- II- Eleger os membros da Coordenação;
- III- Requerer a convocação de reuniões justificando a necessidade;
- IV- Estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos;
- V- Tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às orientações técnicas;
- VI- Contribuir na elaboração das orientações técnicas;
- VII- Desempenhar as atividades que lhe forem atribuídas pelo Coordenador, em especial a participação em Grupos Técnicos;
- VIII- Indicar oficialmente seu suplente para as reuniões, quando não puder comparecer, ou justificar oficialmente a ausência quando não houver suplente.
- IX- Discutir problemas coletivos e propor ações e projetos solidários, respeitando o interesse público, a autonomia e as peculiaridades locais;

Art. 20 As orientações técnicas serão aprovadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Coordenador o voto de minerva, e o Mediador deverá realizar o envio à Diretoria Executiva da FECAM para os demais encaminhamentos, na forma do artigo 9º deste regulamento.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 21 O Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ será convocado ordinariamente, para reuniões presenciais ou virtuais, por seu Coordenador, seu substituto ou mediador, duas vezes por ano, devendo o ato convocatório das reuniões ser expedido com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 22 O Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ poderá se reunir, extraordinariamente, sempre que for necessário para o desempenho de suas atribuições, mediante convocação do Coordenador, do seu substituto, do mediador, ou ainda, por requerimento de 1/3 de seus membros, independentemente de prazo mínimo de antecedência da expedição do ato convocatório das reuniões.

§1º A reunião ocorrerá em primeira convocação quando presente metade de seus membros, ou com qualquer número de membros em segunda convocação, com 10 minutos de intervalo entre as convocações.

§2º As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas de forma itinerante nas sedes das Associações de Municípios, ou virtualmente, conforme escolha pela maioria na reunião anterior.

Art. 23 As reuniões e os trabalhos do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ serão conduzidas pelo Coordenador, eleito dentre os seus membros, conforme o artigo 27 deste regulamento.

Art. 24 Os encaminhamentos acerca das pautas discutidas nas reuniões serão tomados pela maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Coordenador, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo Único As votações serão nominais ou por aclamação, conforme decisão do Coordenador.

Art. 25 As reuniões do colegiado seguirão as pautas previamente convencionadas e serão registradas na forma de “Memória de Reunião”, as quais deverão ser encaminhadas à Gerência de Políticas Públicas e demais membros do colegiado pelo mediador, para fins de registro e acompanhamento.

Parágrafo Único. Todos os assuntos tratados nas reuniões e os devidos encaminhamentos deverão constar na “Memória de Reunião”.

Art. 26 O membro que não puder comparecer nas reuniões, deverá indicar seu suplente para participação, ou, não sendo possível, apresentar justificativa prévia sobre sua ausência.

Parágrafo Único. O membro ou suplente que faltar, injustificadamente, três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas, será substituído pela respectiva entidade que o indicou.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES DA COORDENAÇÃO

Art. 27 As eleições para a Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ ocorrerão a cada 2 anos, em reunião ordinária convocada especificamente para este fim, no período entre fevereiro e março, sempre em ano ímpar.

§ 1º A Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ será eleita por maioria simples de votos de seus membros, com mandato de dois anos, não sendo possível a reeleição.

§ 2º Os membros do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ poderão realizar composição de chapa para concorrer à Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ. Não havendo composição, será iniciado na sequência o processo de inscrição e votação por cargo.

Art. 28 Na falta do Coordenador, este será substituído pelo Vice Coordenador. Na falta do Vice Coordenador, este será substituído pelo Secretário. Na falta do Secretário, a vaga ficará vacante até o final do mandato, passando o Vice Coordenador a cumular as atribuições de Secretário.

Parágrafo Único. Em caso de vacância dos três cargos da Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ, será convocada reunião extraordinária, no prazo máximo de 30 dias após a declaração da vacância, para nova eleição, devendo os eleitos completarem o mandato de seus antecessores.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A alteração do presente Regulamento, bem como a extinção do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ é de competência exclusiva da Diretoria Executiva da FECAM, devendo a decisão ser ratificada pelo Conselho Executivo na primeira reunião subsequente.

Art. 30 Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva da FECAM, assegurado o conhecimento prévio da Coordenação do Colegiado de finanças e tributação da FECAM - CONFAZ.

Art. 31 As despesas de alimentação, diárias e outras decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Colegiado, serão suportadas pelos respectivos órgãos a que estejam vinculados seus membros.

Art. 32 O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser alterado por proposição da Diretoria Executiva da FECAM.

Florianópolis/SC, 03 de fevereiro de 2025.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Diretor Executivo da Fecam

CARLOS EDUARDO DA COSTA

Mediador do Colegiado de Finanças e Tributação da Fecam